

Por que a Threat Intelligence pode ajudar na segurança de dados

À medida em que o número de ataques cibernéticos aumenta, recursos que permitem a detecção e a solução de problemas – como Threat Intelligence – se tornam ainda mais valiosos às empresas

Carlos Baleiro (*)

É por meio desse conceito que profissionais de TI conseguem ajudar usuários a aproveitar, de forma mais segura, ferramentas usadas para facilitar a navegação no ambiente digital.

Um exemplo recente sobre a importância desse conceito, é a polêmica envolvendo a plataforma de videoconferência Zoom. Depois de uma série de vulnerabilidades detectadas – incluindo até mesmo espionagem de chamadas –, o uso da ferramenta foi proibido pela Anvisa internamente. Mas muito antes da decisão por não utilizar o Zoom, as ameaças pelas quais a plataforma estava passando já haviam sido notificadas por sistemas de detecção de ciberataques.

O que ocorre é que, no cenário atual, a exposição das organizações conectadas à Internet aumentou. Como o pesquisador Joaquín Molina falou em um de seus artigos, “qualquer dispositivo conectado, seja um celular ou uma rede corporativa, sofre centenas de ataques (ou



No cenário atual, a exposição das organizações conectadas à Internet aumentou.

tentativas) todos os dias” e, para garantir a segurança desses dispositivos, é fundamental prestar atenção a todos os detalhes – mesmo que pareçam inofensivos.

Por isso, o objetivo da Threat Intelligence é, principalmente, reconhecer e atuar, dentro de um curto espaço de tempo, sobre os chamados indicadores de comprometimento (IoC, na sigla em inglês). Nesse sentido, o hash pode ser considerado o principal deles, pois é por meio dessa técnica que equipes de TI conseguem identificar um arquivo malicioso, ainda que contenha características diferentes.

A inteligência das ameaças utiliza de conhecimentos baseados na evidência, incluindo contextos, mecanismos, indicadores e implicações sobre riscos existentes ou emergentes de uma organização. Assim, é importante ressaltar que Threat Intelligence não é uma informação óbvia, ou seja, algo que qualquer pessoa possa detectar, mesmo sem conhecimento específico. Também não se enquadram nesse conceito informações puramente a respeito de vulnerabilidades ou meras análises de tráfego de redes, por exemplo.

Assim, são necessárias complexas soluções de

segurança, que devem ser instaladas em dispositivos corporativos, para coibir esses tipos de ameaças. E, mesmo que a equipe seja composta por profissionais extremamente qualificados para esses desafios, vale lembrar que nada garante que o sistema organizacional não seja alvo de ameaças, sejam elas exitosas ou apenas tentativas frustradas.

Isso porque a relação entre a eficiência da tecnologia e o resultado sofre influência direta da qualidade da implementação desse grupo de soluções de segurança e, também, da atuação diária da equipe de segurança cibernética da empresa. Para finalizar, um conselho: avaliar a contratação de serviços especializados e disponibilizar ferramentas necessárias ao combate dessas ameaças pode fazer com que informações importantes e confidenciais da empresa e dos próprios funcionários e, consequentemente, usuários da rede permaneçam seguras.

(*) - É Country Manager da ESET no Brasil (www.eset.com/br).

Qual transformação digital queremos na gestão pública?

Marie Anne Macadar (*)

Analisar, interpretar, explicar, descrever, discutir, descobrir... enfim, são tantos os verbos que nos guiam no estabelecimento de nossos objetivos de pesquisa nas ciências sociais

Contudo, neste momento tem um verbo que não sai da minha cabeça: refletir. É isso que devemos fazer como acadêmicos que observamos o mundo ao nosso redor e buscamos alinhar teoria e prática. Mas como refletir acerca do mundo em que estamos vivendo hoje, que certamente não será mais o mesmo depois desta pandemia? Como buscar inspiração em teorias acadêmicas que tanto gostamos de debater em sala de aula com nossos alunos?

Com base nessa inquietação, lancei um desafio ao Grupo de Pesquisa em Governo Eletrônico do Coppead/UFRJ: refletir sobre como a pesquisa que cada um está desenvolvendo pode trazer contribuições a este mundo pós-pandemia. Muitos pontos interessantes foram debatidos nas sessões online que o grupo realiza semanalmente. Trocamos textos opinativos brasileiros e do exterior, refletimos sob o ponto de vista de nossas pesquisas e da realidade do país. Resgatamos artigos acadêmicos que possibilitaram fazer pontes entre a teoria e a prática observada. Por fim, sintetizamos algumas destas reflexões.

O ponto de partida (ou quem sabe de chegada?) de nossas reflexões foi a tão falada e desejada “Transformação Digital” – mais especificamente do setor público. Tanto acadêmicos quanto pessoas de mercado concordam que a tal sonhada transformação passa por mudanças culturais, organizacionais e relacionais. As tecnologias acabam sendo o instrumental para que tudo isso ocorra.

Assim, se resgatarmos estudos organizacionais clássicos como os de Alfred Chandler (“Estratégia e Estrutura”, 1962), Richard Hall (“Organizações: estruturas, processos e resultados”, 1972), Elton Mayo (“Problemas Humanos de uma Civilização Industrial”, 1933) e Peter F. Drucker (“Tecnologia, Gestão e Sociedade”, 1970), somente para citar alguns, veremos que estas questões não são nada originais.

Estrutura, processos, tecnologia, estratégia e pessoas são dimensões que há muito tempo foram apresentadas como prerrogativas para qualquer mudança organizacional. Dentre muitos desafios enfrentados atualmente na gestão pública brasileira, temos a necessidade de conviver com a troca de gestores. Com os novos mandatos municipais, estadual ou federal, vêm a habitual dança das cadeiras. Por um lado, servidores públicos têm a oportunidade de recriar e ampliar suas redes de relacionamentos e confiança.

Por outro lado, observamos uma abundância

de projetos inconclusos. Neste cenário, como imaginar uma transformação digital, necessariamente política de Estado, que demanda o estabelecimento de estrutura, processos, tecnologias, estratégias e pessoas para implementação? Eis que então surge mais uma crise no horizonte. Desta vez, uma das grandes. “Não podemos ficar parados”, pensaram os gestores. “Tira da gaveta aquele projeto e lança do jeito que dá!” As necessidades – e as oportunidades – são as melhores executoras.

Entretanto, antes insuperáveis são ignorados, transformações ocorrem sem resistência. Assim, meros experimentos são colocados em prática. Quando teríamos chance como esta de testar nossa infraestrutura tecnológica, todos (que têm acesso) conectados de suas casas 100% do tempo, por exemplo? Ao mesmo tempo, viraram rotina os lamentos pelos serviços públicos ainda não implementados: a identidade digital, que facilitaria o repasse do auxílio emergencial para a Covid-19.

Assim também, o uso de plataformas virtuais de aprendizagem e a capacitação de professores e suporte de TI, que ajudariam nas aulas online; a assinatura e a certificação digital; o acesso às redes VPN por parte de servidores públicos, que auxiliaria na segurança de dados; entre tantos outros. Nesta altura, já é tarde. O objetivo é focar energias nas variáveis ao alcance das mãos. E das canetas.

Porém, não decidimos ainda que tipo de transformação digital queremos. Se, por um lado, resistimos ao big brother de George Orwell, do livro “1984”, por outro, não definimos níveis aceitáveis de coleta e uso de dados pessoais, e de transparência do processo, por exemplo. Como Harari (FT, March 2020) apropriadamente coloca: precisamos escolher entre uma vigilância totalitária e o empoderamento dos cidadãos.

Queremos uma população bem informada e auto motivada para compreender e atuar sobre os seus dados? Ou vamos preferir uma população ignorante e facilmente manipulada? A transformação digital no setor público é um processo estruturante e, com certeza, passa por questões não-tecnológicas. Portanto, deve ser uma pauta permanente de reflexão de gestores e cidadãos. Estamos no momento ideal para realizarmos este exercício como sociedade.

A janela de oportunidade está aberta e a fase de testes forçados está em curso. Temos tempo para reflexões, temos o contexto nos ajudando a pesar os prós e contras, temos organizações públicas e privadas abertas para a testagem de novas formas de fazer algo. Dependendo da escolha que fizermos a nossa transformação digital seguirá o seu caminho.

(*) - É professora de Estratégia e Sistemas de Informação do Coppead/UFRJ.

Empresas optam por honrar impostos para evitar problemas

A maioria dos empresários não optou pelo adiamento dos impostos proposto pelo governo como forma de minimizar o problema de caixa durante a pandemia da Covid-19. Ao menos é o que demonstra o setor de saúde. De acordo com pesquisa realizada pela DOC Concierge, empresa de serviços financeiros para médicos, que abrangeu quase 200 clínicas e consultórios de todo o país, somente 10% dos gestores optaram pelo benefício.

“A crise representou para este segmento uma forte contração das receitas. Com a quarentena, caiu pela metade o número de consultas mensais na comparação com o mesmo período do ano passado. Há dois movimentos, o próprio paciente deixa de marcar o seu acompanhamento de rotina por medo de sair de casa e os próprios médicos têm restringido a agenda para evitar que haja muitas pessoas na sala de espera ou qualquer aglomeração”, ressalta o diretor contábil da Doc Concierge, Claudio Granero.

Mesmo assim, 90% das clínicas e consultórios estão mantendo os impostos em dia por medo de adiar o desembolso e não ter recursos para honrar com o compromisso. A maioria das clínicas e consultórios que participaram da pesquisa da DOC Concierge também declarou não ter reduzido os encargos trabalhistas. O levantamento identificou que apenas 17% dos consultórios e clínicas adotaram alguma redução da carga horária ou encerramento do contrato de trabalho.

A decisão está relacionada à expectativa de que o movimento retorne ao normal gradativamente e à dificuldade de realizar novas contratações, pois este tipo de mão de



90% das clínicas e consultórios estão mantendo os impostos em dia.

obra exige uma relação de confiança entre o médico e o atendente. O governo prorrogou, por 6 meses, o prazo para pagamento dos tributos federais no âmbito do Simples, relativos aos períodos de março, abril e maio, para outubro, novembro e dezembro.

Foi autorizado também o adiamento e pagamento parcelado do depósito do FGTS dos trabalhadores. O pagamento poderá ser feito só a partir de julho, em 6 parcelas fixas. Foram adiados ainda o PIS, PASEP, COFINS e da contribuição previdenciária patronal de empresas e empregadores de trabalhadores domésticos (AI/Compliance Comunicação).

O humano como presente e futuro

Rodolfo Araújo (*)

A pandemia da Covid-19 feriu dramaticamente a saúde pública e o bem-estar econômico dos indivíduos.

Não deixou nenhuma geografia ou indústria intocada. Com os impactos finais desconhecidos, grande parte da sociedade vive dias cercados de preocupação e medo. Mesmo diante de histórias perturbadoras, no entanto, vale a pena pensar nos aspectos humanos que mostraram alguma positividade neste capítulo da nossa história.

Este, sem dúvida, testa diariamente a resiliência do espírito humano capaz de inspirar a compaixão, generosidade e engenhosidade que, (in)felizmente, somente uma crise pode produzir. De fato, estamos vendo líderes, empregados e organizações se destacarem, respondendo à pandemia com um firme compromisso de colocar a segurança e o bem-estar de seus funcionários em primeiro lugar.

Eles estão vivendo seus valores; evoluindo rapidamente para atender às necessidades emergentes; criando novas soluções para os funcionários e cumprindo seus compromissos com a sociedade e o mundo. Além disso, estão repensando o futuro. Em um período em que as regras tradicionais não se aplicam mais e as normas são negociadas diariamente, é hora de definir os parâmetros do novo normal a partir do que é mais importante: as pessoas.

Um forte senso de prontidão, que combina capacidade de se recuperar e preparação para o futuro, determinará os primeiros a emergirem com força deste abalo sísmico. Os responsáveis nas empresas por pessoas, cultura e mudan-

ça estão no centro da resposta corporativa à Covid-19 - desde liderar uma transição para o ambiente remoto da noite para o dia, implementando medidas para garantir a segurança dos trabalhadores da linha de frente, passando por difíceis decisões sobre a continuidade dos negócios.

Nas próximas semanas, CEOs e conselhos tomarão decisões difíceis sobre prioridades estratégicas, oportunidades, vulnerabilidades operacionais, sistêmicas e culturais. Transformações dessa natureza e de longo alcance devem ser lideradas por aqueles que articulam como uma organização e suas pessoas entendem e se adaptam às mudanças.

Algumas questões podem contribuir para que esta reflexão comece já: que novas expectativas os empregados terão para o relacionamento com suas empresas no pós-Covid e como os empregadores podem atender à demanda? Que normas culturais estão surgindo em um ambiente de trabalho amplamente remoto e como os empregadores podem codificar o positivo e “desaprender” o negativo? De que recursos de gestão de mudanças as organizações preparadas para o futuro precisarão para responder a ameaças comerciais ainda não imaginadas?

Numa época em que pessoas e organizações são particularmente vulneráveis, há muito a ganhar com a proatividade. Vencerão aqueles que não estão apenas antecipando o futuro, mas aproveitando as oportunidades para moldá-lo a cada passo ao longo do caminho.

(*) - É vice-presidente para a América Latina na United Minds, divisão de consultoria da Weber Shandwick.

Itália oferecerá 500 euros para pessoas comprarem bicicletas

A Itália aprovou um projeto que concede bônus de até 500 euros (cerca de R\$ 3,1 mil) para ajudar os moradores de cidades com mais de 50 mil habitantes a comprar uma bicicleta. A medida está prevista no decreto-lei aprovado pelo Conselho de Ministros para incentivar a retomada econômica do país, em meio à pandemia do novo Coronavírus (Sars-CoV-2). Além disso, o projeto também incentiva o uso de veículos não poluentes.

O auxílio será válido até o final de 2020 e poderá ser utilizado por moradores de cidades com mais de 50 mil habitantes. A quantia também vai ajudar os italianos a comprar outros tipos de veículos sustentáveis, como patinetes elétricos, hoverboards e segways. Em um comunicado, o governo da Itália afirmou que é um modo de “incentivar as formas alternativas de mobilidade sustentável ao transporte público” (ANSA).